1990
2003

Globalização justa e o trabalho digno

Fair globalisation and decent work

O final do século XX é marcado por uma aceleração significativa do processo de globalização da economia. Durante as negociações que culminariam com a criação da OMC (em 1994), é amplamente debatida a questão da "cláusula social". À OIT era pedido que assumisse um papel mais ativo. A Organização vê-se no centro de um debate à escala internacional sobre as relações entre a liberalização do comércio e os direitos fundamentais no trabalho.

The late 20th Century saw a rapid acceleration in the economic globalisation process. During the negotiations that culminated in the creation of the WTO (in 1994), the "social clause" was widely discussed. The ILO was asked to take on a more active role. The Organisation found itself at the heart of a global debate on the relationship between trade liberalisation and fundamental labour rights.

Em 1995, a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social de Copenhaga definiu um conjunto de normas que deveriam constituir a base social do processo de globalização: liberdade de associação; eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado; e luta pela igualdade e contra a discriminação. Estas viriam a ser consagradas na Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998), adotada na 86ª Conferência Internacional do Trabalho.

The World Summit for Social Development (Copenhagen in 1995), defined a set of principles that should constitute the social base of the globalisation process: freedom of association, elimination of force labour and child labour, fight against discrimination and for equality. These would become enshrined in the Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work (1998), adopted at the 86th International Labour Conference.

O programa de cooperação técnica da Organização, e o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) – criado em 1992 – ganha dimensão nas atividades da OIT.

The Organisation's Technical Cooperation Programme, and the International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC), created in 1992, began to play increasingly important roles in the ILO's activities.

A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho seria integrada naquela que se tornaria a principal agenda da OIT (adotada na Conferência Internacional do Trabalho de 1999): a prossecução de um trabalho digno para todas as pessoas.

The Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work would be integrated into the ILO's main agenda (adopted at the 1999 International Labour Conference): the pursuit of decent work for all.

A OIT criou, em fevereiro de 2002, a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, que virá a concluir sobre a centralidade da agenda do trabalho digno para uma globalização justa e inclusiva.

In February 2002, the ILO established the World Commission on the Social Dimension of Globalisation, which agreed on the centrality of the Decent Work Agenda for a fair and inclusive globalisation.

Na viragem do século, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovava a Declaração do Milénio e os seus Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

At the turn of the century, the UN General Assembly adopted the Millennium Declaration and its Millennium Development Goals (MDGs).

Na Cimeira Mundial de 2005 da Assembleia-Geral da Nações Unidas, os Chefes de Estado e de Governo de mais de 150 países reconheciam o potencial da Agenda do Trabalho Digno na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

At the 2005 World Summit of the UN General Assembly, Heads of State and Government from more than 150 countries recognised the Decent Work Agenda's potential in achieving the Millennium Development Goals.

Em 2000, a OIT adotou a terceira convenção sobre a proteção da maternidade (Nº 183) matéria que, durante a década de 90 foi objeto de sucessivas alterações em Portugal no quadro da proteção na maternidade e na paternidade. O país entra no século XXI tendo ratificado as oito convenções fundamentais, as quatro prioritárias e um importante número de convenções técnicas, num total de 77.

In 2000, the ILO adopted the third Maternity Protection Convention (No. 183). In Portugal, the maternity and paternity protection framework had undergone a series of changes during the 1990s. By the time the country embarked on the 21st Century, it had ratified the eight Fundamental Conventions, the four Priority Conventions, and a significant number of Technical Conventions, 77 in all.

O país afirma-se no quadro internacional com a primeira presidência do Conselho das Comunidades Europeias (de janeiro a junho de 1992) e, também, pela primeira vez, assume a presidência da Conferência Internacional do Trabalho na pessoa do delegado governamental, Nascimento Rodrigues.

Portugal made its presence felt internationally when it took over the Presidency of the Council of the European Communities (January to June 1992), and when government delegate Nascimento Rodrigues took up the Presidency of the International Labour Conference.

A segunda metade da década de 90 foi marcada por uma crescente densidade da relação de Portugal com a OIT, alicerçada em dois pilares: uma forte cooperação político-institucional, baseada numa partilha de valores, bem expressa no apoio de Portugal à agenda de trabalho digno; e no financiamento, por parte de Portugal, da promoção da língua portuguesa na Organização e de sucessivas gerações de programas de cooperação técnica da OIT, tendo os PALOP e, mais tarde, Timor-Leste como beneficiários.

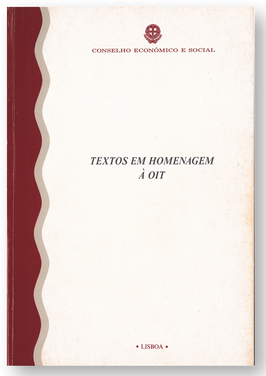
The second half the of 1990s saw closer ties between Portugal and the ILO, founded on two main pillars: solid political-institutional cooperation, based on shared values, exemplified by Portugal's support for the Decent Work Agenda, and also Portugal's financial backing for the promotion of Portuguese language in the Organization, and for successive generations of ILO technical cooperation programmes, which the Portuguese-speaking African countries and, later, East Timor would benefit from.

A partir de 1998 as delegações portuguesas passaram a incluir, com regularidade, representantes da Assembleia da República, o órgão de soberania a quem cabe aprovar o texto de ratificação das convenções aprovadas por Portugal.

From 1998 onwards, Portugal started to include regularly of the Assembly of the Republic, the sovereign body responsible for approving the ratification text of the Conventions approved by Portugal.

A abertura da OIT-Lisboa, em 2003 foi o resultado das excelentes relações Portugal-OIT e permitiu aprofundar as relações da Organização com os seus parceiros tripartidos em Portugal e no espaço da comunidade de países de língua portuguesa.

The opening of the ILO Lisbon Office in 2003 was a result of the excellent Portugal-ILO relationship and, furthermore, it enabled the Organization to strengthen ties with its tripartite partners within Portugal and the Portuguese-speaking community.



Capa do livro em homenagem à OIT pelos 75 anos da iniciativa do Conselho Económico e Social / Textbook cover tribute to the ILO for the 75th anniversary, by the Economic and Social Council (Portugal

Nascimento Rodrigues, presidente da 79 ª sessão da CIT, 1992 / President of f the 79 th Session of ILC,1992

Delegação portuguesa à 79 ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, 1992 / 1992-06, ILC 79th Session - Portuguese Delegation

© Copyright ILO. Arquivos Históricos da OIT / ILO historical archives.

Medalha comemorativa dos 75º aniversário da OIT da autoria de João Carlos Albernaz - IEFP / ILO 75th Anniversary Commemorative Medal by João Carlos Albernaz - IEFP

Jorge Sampaio

Presidente da República, CIT 2000
Presidente of Republic of Portugal, ILC 2000

A Cimeira de Copenhaga, de 1995, a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Singapura em 1996, definiram a via que a 'Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativas aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e à sua aplicação', aqui adoptada em 1998, veio desenvolver e explicitar. Faço questão de reafirmar, nesta sessão da Conferência, a adesão de Portugal a esse núcleo essencial de valores, bem como de vos garantir que estou profundamente convicto de que a dignidade humana e o progresso social da humanidade têm muito a esperar dos métodos de acompanhamento estipulados por aquela Declaração.

The World Summit for Social Development, held in Copenhagen in 1995, and the World Trade Organization Ministerial Conference, held in Singapore in 1996, traced out a path which was developed and made clear by the International Labour Organization Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work and its Follow-up adopted here in 1998. I wish here to reaffirm at this session of the Conference that Portugal adhered to these essential core values and I assure you that I am deeply convinced that human dignity and social progress of humankind have much to expect from the follow-up methods laid down in that Declaration.

Juan Somavia

Diretor-geral da OIT, CIT 1999
Director - General of ILO, ILC 1999

Actualmente, o principal objectivo da OIT consiste em promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho digno e produtivo, em condições de liberdade, equidade e dignidade.

Eu acredito que as instituições, tal como as pessoas, têm valores. A OIT é uma instituição fundada nos valores da justiça social e da promoção da dignidade no trabalho. Tenho uma profunda identificação com este objetivo. Acredito que a vida sem valores não tem significado. Os ideais são a espinha dorsal do nosso espírito. A determinação é a energia que faz avançar a sociedade e nós próprios, enquanto seres humanos.

The primary goal of the ILO today is to promote opportunities for women and men to obtain decent and productive work, in conditions of freedom, equity, security and human dignity.

I believe that institutions, like people, have values. The ILO is an institution founded on the values of social justice and the promotion of dignity at work. I identify deeply with this goal. I believe that life without values has no meaning. Ideals are the very backbone of our spirit. Conviction is the energy that moves society forward, that moves us forward as human beings.

© Copyright ILO

Presidentes da República *Presidents of the Republic of Portugal*
Mário Soares - 1990 a 1996
Jorge Sampaio - 1996 a 2003

Primeiro-Ministro *Prime Minister*
Aníbal Cavaco Silva - novembro de 1985 a outubro de 1995
António Guterres - outubro de 1995 a abril de 2002
José Manuel Durão Barroso - abril de 2002 a julho de 2004

Ministro do Emprego e da Segurança Social *Minister of Employment and Social Security*
José Silva Peneda – agosto de 1987 a dezembro de 1993
José Falcão e Cunha - dezembro de 1993 a outubro de 1995

Ministra para a Qualificação e o Emprego *Minister for Qualification and Employment*
Maria João Rodrigues - outubro de 1995 a novembro de 1997

Ministro da Solidariedade e Segurança Social *Minister of Solidarity and Social Security*
Eduardo Ferro Rodrigues - outubro de 1995 a novembro de 1997

Ministro do Trabalho e da Solidariedade *Minister of Labour and Solidarity*
Eduardo Ferro Rodrigues - novembro de 1997 a março de 2001
Paulo Pedroso - março de 2001 a abril de 2002

Ministro da Segurança Social e do Trabalho *Minister of Social Security and Labour*
António Bagão Félix - abril de 2002 a julho de 2004

Parceiro Sociais
Social Partners

Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
Confederation of Portuguese Farmers
President *President*
Raul Rosado Fernandes – 1984 a 1997
José Andrade – 1997 a 1999
João Cyrillo Machado - 1999 a 2017

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)
Portuguese Commerce and Services Confederation
Presidente da Direção *President of the Board*
Manuel Noronha Gamito – 1989 a 1991 e 1992
Vasco da Gama – 1992 a 1994; 1995 a 1997 e 1998 a 2000

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN)
General Confederation of Portuguese Workers-Intersindical
Secretário-Geral *Secretary-General*
Manuel Carvalho de Silva –1986 a 2012

Confederação da Indústria Portuguesa (CIP)
Confederation of Portuguese Industry
Presidente *President*
Pedro Ferraz da Costa – 1981 a 2000
Rui Nogueira Simões – 2001 a 2003

Confederação do Turismo Português (CTP)
Portuguese Confederation of Tourism
Presidente *President*
Atílio Forte – 1997 a 2006

União Geral de Trabalhadores (UGT)
General Union of Workers
Secretário-Geral *Secretary-General*
José Torres Couto – 1979 a 1996
João Proença – 1996 a 2013

Legislação *Legislation*

Julho de 1991 *July 1991*
Decreto-Lei n.º 261/91 - Aprova o regime jurídico das situações de pré-reforma
Decree Law 261/91 – Approved the legal framework for early retirement

Outubro de 1991 *October 1991*
Decreto-Lei n.º 415/91 - Institui o regime de constituição de fundos de pensões e de acesso e exercício da atividade de gestão desses fundos por parte de seguradores ou de sociedades gestoras de fundos de pensões
Decree Law 415/91 – Instituted the system for constituting pension funds, and for access to and practice of pension fund management by insurance or pension fund management companies

Novembro de 1991 *November 1991*
Decreto-lei n.º 441/91 - Estabelece o regime jurídico do enquadramento da segurança, higiene e saúde no trabalho
Decree Law 441/91 – Provided the legal framework for safety, hygiene and health at work

Outubro de 1992 *October 1992*
Decreto-Lei n.º 235/92 - Estabelece o regime jurídico das relações de trabalho emergentes do contrato de serviço doméstico
Decree Law 235/92 – Provided the legal framework for labour relations relating to domestic service

Agosto de 1993 *August 1993*
Decreto-lei n.º 280/93 - Estabelece o regime jurídico do trabalho portuário
Decree Law 280/93 – Established the legal framework for port work

Setembro de 1993 *September 1993*
Decreto-lei n.º 326/93 - Estabelece a desagregação da taxa social única do regime geral de segurança social
Decree Law 326/93 – Established the disaggregation of the single social tax of the the general social security system.
Decreto lei n.º 341/93 - Aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças
Decree Law 341/93 - Approved the National Table of Disabilities due Occupational Hazards ans Diseases

Fevereiro de 1994 *February 1994*
Decreto-lei n.º26/94 - Estabelece o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho
Decree Law 26/94 – Established the organisational and operational framework for occupational safety, hygiene and health activities

Junho de 1996 *June 1996*
Lei n.º 19-A/96 - Cria o rendimento mínimo garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social
Law 19-A/96 – Creates a guaranteed minimum income, by establishing a social benefit within the non-contributory scheme, and a social inclusion programme

Setembro de 1997 *Setember 1997*
Lei n. 100/97 – regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais
Law 100/97 – Legal framework relating to occupaional hazards and diseases
Lei n.º 105/97 - garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego
Law 105/97 – Guaranteed the right to equal treatment at work and in employment

Abril de 1999 *April 1999*
Decreto-lei n.º 119/99 - Estabelece, no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego
Decree Law 119/99 - Established, within the general social security regime for employees, the legal framework for compensation in the case of unemployment
Decreto-lei n.º 142/99 – Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho
Decree Law 142/99 – Created the Occupational hazards Fund

Julho de 1999 *July 1999*
Lei n.º 103/99 - Define o regime jurídico do trabalho a tempo parcial e estabelece incentivos à sua dinamização
Law 103/99 – Defines the legal framework for part-time work and establishes incentives for its promotion

Agosto de 1999 *August 1999*
Lei n.º 99/2003 - Aprova o Código do Trabalho
Law 99/2003 – Approves the Labour Code

Junho de 2000 *June 2000*
Decreto-lei n.º 102/2000 - Aprova o Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho
Decree Law 102/2000 – Approves the General Inspectorate of Labour Statute

1991 · 1992 · 1993 · 1994 · 1996 · 1997 · 1999 · 2000